

HISTÓRIA DAS GUERRAS

Demétrio Magnoli
(organizador)

Copyright© 2006 Demétrio Magnoli

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Imagem de capa

Ataque 1941 – Tropas Soviéticas
© The Dmitri Baltermants Colecion/Stock Photos

Montagem de capa

Ricardo Assis

Consultoria histórica

Carla Bassanezi Pinsky

Mapas

Giorgio Roberto Zoffoli

Diagramação

GAPP design

Revisão

Celso de Campos Jr.

Ruy Azevedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História das guerras / Demétrio Magnoli, organizador.
4. ed. São Paulo : Contexto, 2008.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7244-395-1

1. Guerra 2. História militar I. Magnoli, Demétrio.

05-9787

CDD-900

Índice para catálogo sistemático:

1. Guerras : História 900

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa

05083-030 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

2008

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
NO ESPELHO DA GUERRA	9
<i>Demétrio Magnoli</i>	
GUERRA DO PELOPONESO	19
<i>Pedro Paulo Funari</i>	
GUERRAS PÚNICAS	47
<i>Renata Senna Garraffoni</i>	
CONQUISTAS BÁRBARAS	77
<i>Just Rivaiv Macedo</i>	
CRUZADAS NA IDADE MÉDIA	99
<i>Altima Regina Fernandes</i>	
GENGIS KHAN E AS CONQUISTAS MONGÓIS	131
<i>Elaine Senise Barbosa</i>	
GUERRA DOS TRINTA ANOS	163
<i>Henrique Carneiro</i>	

GUERRAS NAPOLEÔNICAS	189
<i>Marco Mondaini</i>	
GUERRA DE SECESSÃO	219
<i>André Martin</i>	
GUERRA DO PARAGUAI	253
<i>Francisco Doratioto</i>	
GUERRAS DA UNIFICAÇÃO ALEMÃ	287
<i>Armando Vidigal</i>	
PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	319
<i>Luiz de Alencar Araripe</i>	
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	355
<i>Pedro Tota</i>	
GUERRAS DA INDOCHINA	391
<i>Demétrio Magnoli</i>	
GUERRAS ÁRABE-ISRAELENSES	425
<i>Cláudio Camargo</i>	
GUERRAS DO GOLFO	453
<i>William Waack</i>	
OS AUTORES	478



GUERRAS PÚNICAS

Renata Senna Garraffoni

*Aquele que conquista não vence, a menos
que o perdedor se considere derrotado.*

Ennio¹

T. Hölscher, estudioso das imagens da guerra na Antigüidade greco-romana, chama a atenção para um aspecto interessante das narrativas sobre o passado: as guerras já foram consideradas a essência da História. De fato, se pensarmos nos historiadores gregos e romanos, quase todos relatam as conquistas e derrotas dos exércitos nas inúmeras batalhas travadas em épocas distantes.

No entanto, não são os únicos a discutirem o tema. Os historiadores modernos também voltaram seus olhos para as guerras em muitos de seus trabalhos. Durante o século XIX, quando a História adquire o estatuto de ciência, os estudiosos do mundo antigo fizeram pesquisas sistemáticas sobre as guerras e o poder militar desses povos. Se pensarmos que nessa época se desenvolve a política colonialista, na qual a Inglaterra e a França conquistaram muitos povos no Oriente e na África, compreendemos por que o estudo dos métodos militares e de governo dos povos antigos ocupou um lugar de destaque. Havia uma idéia predominante na qual generais e políticos do século XIX poderiam aprender a manter seus domínios conhecendo a História de seus antepassados.

Nesse contexto, o estudo da sociedade romana adquire lugar especial, já que havia, por parte dos historiadores e políticos, grande interesse em se compreender como essa sociedade havia conseguido dominar praticamente todo o mundo conhecido até então.

Hoje em dia, muitos pesquisadores do mundo antigo ainda se dedicam a compreender o fenômeno da guerra. Uma diferença marcante é que, atualmente, além do estudo do domínio exercido pelos romanos aos outros povos que conquistaram, os especialistas têm interpretado as guerras romanas também como fenômeno social e cultural, ou seja, muitos se preocupam com questões como a maneira com a qual os romanos lidavam com a violência implícita nas batalhas.

Como se explica essa mudança de enfoque? Em primeiro lugar, temos de ter em mente que o historiador sempre olha para o passado com base em sua experiência no presente. Assim, se no século XIX, época do auge do imperialismo europeu, era importante pensar na política de domínio – isto é, as estratégias militares que os romanos desenvolviam para conquistar territórios e como os mantinham sob suas posses –, atualmente, dada as recentes experiências com o terrorismo, muitos se perguntam como os romanos lidavam com as perdas ou o que motivava as guerras.

É isso que explica o interesse dos estudiosos não só pelas fontes escritas, mas também pelas materiais como relevos de mármore, objetos de cerâmica ou pinturas de parede que narram as grandes batalhas ou comemoram suas vitórias. Nesse novo enfoque considera-se não só o poder bélico, mas também as imagens que a guerra produziu; as reações e os sentimentos daqueles que vivenciaram tal experiência. A partir desse ponto de vista é possível refletir, por exemplo, sobre como as batalhas influenciam as concepções de vida e morte ou a percepção da religiosidade dessas pessoas.

Nesse sentido, podemos afirmar que o estudo das guerras romanas tem sido repensado em um contexto mais amplo, no qual as armas, a logística, as táticas e os conceitos não são meras técnicas deslocadas, mas parte integrante de sua cultura e sociedade. É com essas idéias em mente que pretendemos discutir as Guerras Púnicas, conflitos que ocorreram entre os romanos e os cartagineses durante o período republicano. Para tanto, iniciaremos nosso estudo a partir de algumas considerações acerca da sociedade romana e sua relação com as armas.

OS ROMANOS E A GUERRA

A relação dos romanos com a guerra sempre foi muito estreita. Se pensarmos na lenda mais conhecida que deu origem à cidade de Roma, nos lembraremos

de Rômulo e Remo, filhos de Marte, o deus da guerra, e de Réia Silva. De acordo com o historiador Pedro Paulo Funari, em seu livro *Grécia e Roma*, era importante para os romanos manter as histórias de suas origens relacionadas aos deuses, pois isso legitimaria seu domínio sobre os demais povos que foram conquistando ao longo dos séculos.

A lenda de Rômulo e Remo é, portanto, um exemplo bastante expressivo de como a guerra estava entrelaçada a diversos aspectos do cotidiano romano. Desde o princípio de sua história, os romanos entraram em diferentes conflitos e dominaram muitos territórios, expandindo-se inicialmente em direção ao Lácio e ao sul da península itálica para, posteriormente, conquistar territórios mais distantes. Nesse contexto, o exército romano foi se constituindo e consolidando a partir das guerras ocorridas em vários séculos, assim como aos poucos os guerreiros passaram a ter um papel de grande destaque na sociedade romana.

É preciso compreender esse contexto militar em que as virtudes do guerreiro eram exaltadas, para se entender, por exemplo, a paixão dos romanos pelos combates de gladiadores e as caçadas que ocorreram nas arenas durante séculos. Esses espetáculos públicos ajudariam a ensinar e a reforçar uma concepção de bravura e a coragem diante da morte, aspecto essencial no cotidiano daquele que vai para guerra.

Em uma sociedade bastante militarizada, o exército desempenha um papel fundamental. Paul Petit, em seu livro *A paz romana*, nos lembra que a força dos romanos estava nas conquistas territoriais. Seu exército, composto por infantaria armada de escudos e lanças, acabou por superar outros tipos de armada antiga. Além disso, desenvolveram táticas militares elaboradas como a construção de estradas e de acampamentos fortificados. No entanto, os romanos não avançaram muito na navegação e mantinham, segundo esse mesmo pesquisador, somente a frota necessária para evitar a pirataria no mar Mediterrâneo.

Durante a República (século V a.C. até o século I a.C.), período em que são travadas as três Guerras Púnicas, o exército romano tinha uma formação distinta da que se configurou, posteriormente, durante o Império (27 a.C. a 395 d.C.). Nessa época o exército ainda não havia se profissionalizado nem era permanente, o que significa que nos períodos em que não havia guerra, seus membros voltavam às suas terras e desempenhavam suas profissões de origem.

A base da composição do exército era de cidadãos romanos que se dividiam de acordo com o *status* social: havia a cavalaria, formada por membros da elite,

e a infantaria, constituída por camponeses. Além das tropas romanas, o estudioso Richard Alston, em seu livro *Aspects of Roman History*, afirma que durante a época republicana também havia os chamados *socii*, tropas que auxiliavam o exército e eram compostas por povos aliados.

Os cidadãos romanos da elite econômica detinham o poder militar e também exerciam funções importantes no governo e na administração dos territórios conquistados. No período republicano, os cônsules, escolhidos pelo Senado, eram os magistrados mais poderosos. Havia muitos outros tipos de magistrado, menos poderosos, como os tesoureiros, os encarregados da infraestrutura das cidades (cuidavam dos edifícios, esgotos, ruas, abastecimento), os encarregados da justiça ou chefes dos sacerdotes. Cabe destacar, ainda, a presença dos tribunos da plebe, magistrados que tinham poder de veto sobre a decisão do Senado ou de outros magistrados.

Como lembra Pedro Paulo Funari, mesmo que o governo republicano estivesse dividido entre Senado e Povo, a influência dos senadores predominava, pois entre os homens de armas, os membros da elite tinham mais poder de voto que os camponeses.

É importante enfatizar a constante presença do poder militar na época republicana, pois é durante esse período que a expansão romana adquire mais força. Nesse sentido, é possível afirmar que o Império é herdeiro das conquistas republicanas.

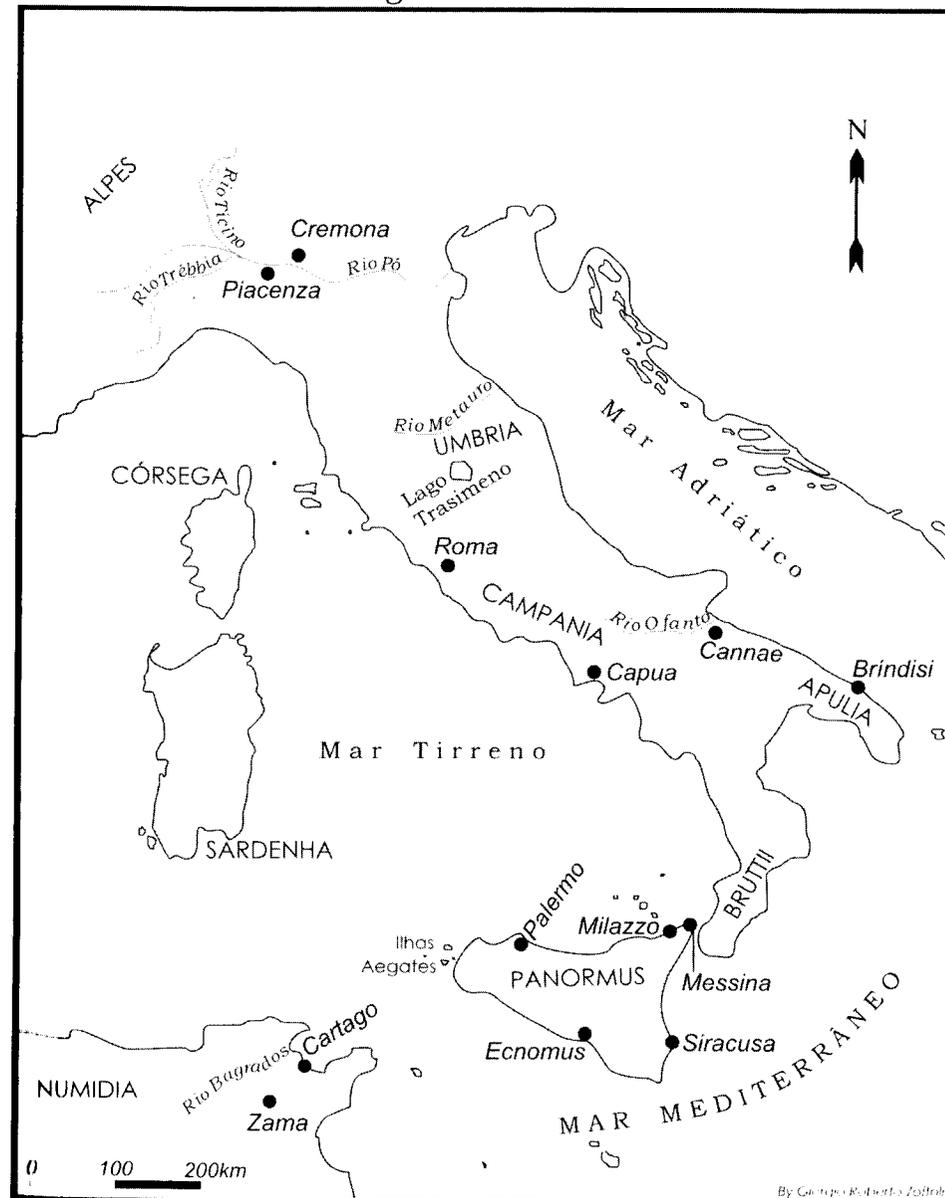
AS PRIMEIRAS CONQUISTAS ROMANAS

As primeiras conquistas ocorreram a partir do século III a.C., quando os romanos passam a se dirigir para o sul da península itálica. Logo depois das guerras com os *samnitas*, voltam seus olhares para a chamada *Magna Graecia*. Pela primeira vez, portanto, os romanos entram em contato com os povos de origem grega que iriam marcar, profundamente, sua cultura.

Os povos dessa região, ao se ver ameaçados pelos romanos, fizeram uma aliança com Pirro, rei de Épiro. Sob o comando de Pirro, que se dizia descendente de Alexandre, o Grande, os povos helênicos conseguiram muitas vitórias, em especial pelo fato de usarem elefantes em seus exércitos, animal desconhecido dos romanos até então.

Pirro utilizou um contingente de cerca de vinte elefantes de guerra indianos, com uma estratégia particular: ao invés de utilizá-los frontalmente, optou por

Península Itálica e Cartago



atacar o exército romano pelas laterais com os animais. Esse movimento fez com que os elefantes se somassem aos seus cavaleiros, aumentando a força de ataque contra os flancos do exército romano.

O historiador Michael Grant, em seu livro *History of Rome*, assinala que a sorte dos romanos começa a mudar quando esses conseguem descobrir uma maneira de reverter a situação, isto é, desenvolver estratégias para controlar e atacar os elefantes. Os romanos perceberam que atacar esses animais com os javalis seria uma alternativa, pois os elefantes assustados fugiam, na direção inversa, destruindo o próprio exército que os controlava. Essa tática foi um passo estratégico fundamental para vencer os conflitos.

Assim, em 272 a.C. os tarantinos reconhecem sua derrota, estabelecendo novo tratado com os romanos que, pela primeira vez, são reconhecidos pela força de seu exército. Conquistando o sul da península, logo Roma entra em contato com os cartagineses e cerca de uma década depois iniciam-se os primeiros conflitos que desencadeariam as três Guerras Púnicas, que acabaram por modificar profundamente a estrutura política e social dos romanos.

No entanto, antes de estudarmos cada uma das guerras seria interessante conhecer as fontes que narram tais acontecimentos para, em seguida, procurarmos entender a importância de Cartago no período e o momento histórico em que explodem os conflitos que mudariam o curso da história romana.

AS FONTES

Embora haja alguns documentos epigráficos² sobre as guerras e fragmentos de textos de Cássio Dio, historiador romano que viveu entre 155 e 235 d.C., ou de Diodoro de Sicília, historiador grego que viveu no século I a.C., as duas principais fontes de informação sobre os eventos que ocorreram entre os séculos III e II a.C. são as narrativas de Políbio e Tito Lívio. Como se dá com praticamente todos os autores antigos, sabemos poucos detalhes da vida de Políbio e de Tito Lívio.

Acredita-se que Políbio tenha nascido por volta de 208 a.C., em Megalópolis, cidade fundada pelos arcádios. Por ser de família aristocrática, teve uma educação literária e filosófica, além de ter uma vida política e militar muito ativa, vindo a falecer em 125 a.C. Entre as várias obras que escreveu, *História* é a maior e a que concentra mais dados sobre as Guerras Púnicas. Provavelmente, foi elaborada em um período de maturidade do autor. O

trabalho de Políbio teve muita repercussão ainda na Antigüidade, sendo muito apreciado por historiadores de gerações posteriores como Cícero e Tito Lívio.

História ocupa um lugar importante entre os relatos históricos do mundo antigo. Sua principal característica está na preocupação com a veracidade do relato, não nos cuidados estilísticos. A partir do que restou de *História*, nota-se que trata, principalmente, do período em que se estende do início da Segunda Guerra Púnica até a captura de Corinto pelos romanos. Para que pudesse explicar esses eventos, Políbio voltou-se para o início da Primeira Guerra Púnica. Políbio narra, portanto, a época em que os romanos conseguiram dominar boa parte do mundo conhecido até então.

Tito Lívio, por outro lado, é um historiador romano que viveu várias décadas depois de Políbio. Lívio nasceu, provavelmente, em *Pativium*, atual cidade de Pádua na Itália, por volta de 59 a.C. Isso implica dizer que Tito Lívio cresceu, portanto, no final do período republicano, época em que Júlio César conquistava a Gália. Não se sabe ao certo quando deixou a cidade natal para se dirigir a Roma, mas muitos autores concordam que sua educação na província romana marcou seu estilo de escrita expressa, em especial, pelo seu respeito às antigas tradições romanas. Tudo indica que Tito Lívio nunca ocupou cargos políticos, embora tenha estado sempre próximo aos círculos de amigos do imperador. Dedicou quase toda a sua vida à literatura, escrevendo sua maior obra, conhecida como *História de Roma*, em um período em que o Império Romano se estabelecia, morrendo pouco depois do imperador Augusto, em 17 d.C., já sob o principado de Tibério.

Acredita-se que Tito Lívio começou a escrever sua obra por volta de 25 a.C. O título em latim é *Ab Vrbe condita*, que pode ser traduzido como “desde a fundação da Cidade de Roma”. Lívio inicia sua narrativa com as histórias sobre a fundação de Roma, terminando a obra com os acontecimentos de 9 d.C., já em época de Augusto. Toda a longa extensão do material produzido forçou os copistas, ainda na Antigüidade, a subdividi-lo nas chamadas “décadas”. Cada “década” constitui um conjunto de dez livros, embora nem sempre tal divisão seja coerente, podendo haver diferenças numéricas, já que nem todos os livros chegaram até nós.

Como boa parte dos livros se perdeu ao longo dos séculos, dos restantes, muitos estão incompletos. Apesar desses percalços, é possível perceber que Tito Lívio possuía um estilo de escrita de cunho moralizante: em todo o trabalho deixa claro que os romanos só puderam conquistar todos aqueles territórios graças às suas antigas virtudes. Esse aspecto, marcante em toda

a sua narrativa, levou muitos especialistas a afirmarem que Lívio escreveu uma História de Roma fundada na moral e disciplina.

Embora tenha se inspirado em seu antecessor Políbio, seu estilo de escrita é bastante diferente do primeiro. Percebe-se, ao longo de seu texto, a preocupação com o aspecto literário que não era prioridade de Políbio. Essa preocupação com a escrita fez com que autores antigos, como Quintiliano, comparassem-no a Heródoto. Como sua preocupação central estava na formação do cidadão romano, Lívio enfatiza as virtudes antigas e usa desse recurso como meio de criticar a corrupção que percebia em sua própria época. É por isso, portanto, que em muitas passagens acaba idealizando o povo e o Senado romano de tempos anteriores.

Os escritos de Políbio e Tito Lívio foram de grande importância já na Antigüidade e exerceram muita influência sobre outros historiadores. Cada obra possui características próprias de seu tempo e, para além disso, expressa a postura política de seus autores. Políbio preocupa-se mais com o encadeamento dos fatos e descreve as etapas dos acontecimentos, enquanto Lívio enfatiza a relação entre as qualidades morais dos romanos e suas conquistas territoriais no período republicano. Perceber essas diferenças de interesse é fundamental para que possamos compreender as distinções entre os relatos dos autores que reconstroem o passado romano.

CARTAGO E A EXPANSÃO ROMANA

Como vimos, a guerra contra Pirro fez com que os romanos tivessem um contato mais próximo com Cartago, o grande centro de poder do Mediterrâneo no período. A cidade de Cartago estava situada ao norte da África, onde atualmente se encontra a Tunísia. Fundada por povos fenícios da cidade de Tiro e inicialmente uma colônia, Cartago nasce com um propósito bastante determinado: possibilitar a exploração das riquezas metalúrgicas da região e funcionar como entreposto comercial dos fenícios na costa africana.

Situada na península do golfo de Túnis, a cidade estava posicionada de forma estratégica e, por isso, depois de adquirir sua independência, passou a exercer o controle político sobre boa parte do Mediterrâneo. O acesso à cidade era razoavelmente difícil, já que era protegida por montanhas pelo interior e pela baía, no outro extremo, onde se situava um dos portos mais importantes do Mediterrâneo. Com uma economia fundamentada no comércio, os

cartagineses controlavam a exploração e venda de minérios em regiões da atual Espanha e no sul da Itália.

O historiador espanhol Enrique Gozalbes, em sua obra *Caput celtiberiae – La tierra de Cuenca en las fuentes clásicas*, afirma que praticamente toda a literatura cartaginesa se perdeu com a destruição da cidade em 146 a.C.; por isso, temos poucos dados sobre a expansão de Cartago, sua ocupação e exploração sistemática dos territórios hispânicos e italianos. Boa parte do que sabemos da história de Cartago, assim como de suas guerras com os romanos, deve-se aos relatos de Políbio e Tito Lívio.

A partir destas fontes, assim como de alguns relatos do filósofo grego Aristóteles e do historiador grego Diodoro, sabemos que Cartago se organizava a partir de três principais instituições: os *sufetes*, o Senado e a assembleia popular. *Sufetes*, termo de origem semita, é um tipo de magistratura anual. Pouco sabemos sobre seus poderes e funcionamento, mas especialistas acreditam que estava autorizada a convocar e presidir o senado e as assembleias populares. Detinham poderes civis e religiosos, mas não o militar.

O Senado constituía o Poder Executivo, composto por notáveis anciãos. Em geral era responsável pelo controle da Justiça, dos tribunais e da supervisão dos funcionários. Já as assembleias populares eram compostas pelos cidadãos e suas atividades também são pouco conhecidas, mas acredita-se que eram responsáveis pela eleição dos *sufetes* e dos membros do Senado. Filósofos gregos, em especial Aristóteles, elogiavam o sistema administrativo e político cartaginês por apresentar elementos da monarquia, aristocracia e democracia de maneira equilibrada, evitando assim a instabilidade política.

A historiografia em geral trata muito pouco dos cartagineses. Embora tenhamos poucos registros de sua organização política e social, sabemos que Cartago sempre foi aberta a influências externas. Como sua economia era orientada para o comércio e o desenvolvimento das frotas marítimas, os cartagineses sempre estiveram em contato com muitos povos, como os etruscos, gregos chipriotas, itálicos e os norte-africanos (egípcios e líbios).

Segundo os estudiosos, suas cidades eram povoadas e desenvolvidas, estando sob forte influência da cultura fenícia e das relações com as culturas vizinhas. Cartago de fato controlava o comércio da região, assim como tinha uma agricultura bastante desenvolvida. A escravidão constituía uma instituição importante na organização das atividades cotidianas nas cidades e nos campos.

Ao procurarmos comentários sobre os cartagineses nas fontes escritas, encontramos algumas situações conflitantes. Tito Lívio afirma que os cartagineses

“[...] ganharam alianças mais por meio da amizade que pela força das armas” [... *per amicitiam principium novis gentibus quam bello aut armis* [...] – XXI, 2, 5]. No entanto, a imagem dos cartagineses é um tanto quanto dúbia em outros relatos. Como quase todos os textos romanos foram escritos depois dos eventos bélicos, não é difícil encontrar trechos de documentos que retratam os cartagineses como cruéis e exploradores das populações locais que conquistaram, em especial dos povos que habitavam a antiga Espanha. Essas diferentes maneiras de se interpretar os cartagineses são um aspecto interessante das narrativas e podem ser compreendidas como uma justificativa para intervenção romana nas áreas ocupadas por esses povos.

Independentemente das imagens que se formaram depois, é importante destacar que seu exército era constituído de forma básica pelos númidas, um povo africano, e mercenários de outras regiões, já que o corpo de cidadãos de origem fenícia era restrito e só utilizado para defender a cidade. O grande exemplo dessa composição mista do exército é o caso do general Xapinto, um espartano que, como veremos mais adiante, comandou o exército cartaginês contra os romanos liderados por Atílio Régulo.

Isso indica grande diversidade de procedências e motivações nas composições das partes do exército cartaginês e um equilíbrio entre diferentes tipos de tropa. Uma de suas principais características era a utilização de elefantes que, como comentamos antes, causavam pânico nos inimigos não habituados a ver esse tipo de animal.

Uma vez que Cartago estava geograficamente localizada nas proximidades da Sicília e possuía uma política de exploração de riquezas em diferentes áreas do Mediterrâneo, o choque com os romanos, que há pouco haviam conquistado o sul da Península Itálica e também tinham interesses na região, era só uma questão de tempo.

As Guerras Púnicas ocupam um lugar de destaque entre os vários conflitos em que Roma se envolve no período republicano. A partir dessas guerras, os romanos vão, gradualmente, desenvolvendo as táticas de seu exército e definindo suas estratégias de ocupação nos territórios conquistados, expandindo assim os limites de suas conquistas. Para que se tenha uma idéia da importância dessas guerras, basta pensarmos que antes da Primeira Guerra Púnica os romanos não haviam saído, ainda, da Península Itálica, e ao final da Terceira Guerra já haviam submetido o norte da África e a Península Ibérica e estavam dirigindo seus olhares para terras mais distantes como a *Britannia* (atual Inglaterra) e regiões mais orientais.

A palavra *púnico* é derivada da expressão latina *punicus*, que significa “os habitantes de Cartago”. Os conflitos que ficaram conhecidos, posteriormente, como “Guerras Púnicas” ocorreram em três momentos diferentes entre os séculos III e II a.C.:

- Primeira Guerra Púnica: inicia-se em 264 e estende-se até 241 a.C.;
- Segunda Guerra Púnica: de 218 a 201 a.C.;
- Terceira Guerra Púnica: de 149 a 146 a.C. Em três anos a cidade de Cartago é totalmente destruída;

Os motivos de cada conflito, bem como suas repercussões, variam muito e, por isso, optamos por discuti-los separadamente.

PRIMEIRA GUERRA PÚNICA (264-241 a.C.)

Como comentamos nas linhas anteriores, os romanos aumentam muito as conquistas territoriais entre 338 e 264 a.C., ano em que se inicia a Primeira Guerra Púnica. Nesse período de vitórias romanas sobre outros povos há um crescente desenvolvimento das cidades e de suas populações, bem como surge a necessidade de se reorganizar o abastecimento de alimentos para as regiões recentemente conquistadas. O historiador Cornell, em seu livro *The beginnings of Rome*, afirma que, nesse contexto, os romanos, além de praticarem a agricultura, também já tinham desenvolvido a produção da cerâmica, além de várias técnicas de arte, como a pintura e as esculturas de bronze. Outro aspecto importante, indicador de que já havia um considerável desenvolvimento econômico, é a cunhagem das primeiras moedas próprias por volta de 310 a.C., depois dos contatos com a região da Campânia.

Como a época de guerras também é um período em que há um crescimento da escravidão, os escravos passam a ser utilizados nas mais diferentes funções – seja no campo, nas oficinas ou nas casas dos membros da elite. Assim, após ter vencido Pirro e fortalecida economicamente, Roma dirige-se ao sul da península em busca de mais territórios e mais escravos, o que faz com que seus interesses entrem em choque com os púnicos que estavam na região.

Goldsworthy, em seu livro *Las Guerras Púnicas*, chama a atenção para o fato de que, em um primeiro momento, Roma e Cartago estabelecem relações amigáveis. Por essa razão, é muito difícil precisar o motivo do início da Primeira Guerra Púnica, que duraria mais de vinte anos, implicando muitas baixas para ambas as partes envolvidas. Alguns incidentes acabaram por gerar um conflito

muito mais amplo do que se poderia supor no princípio. Ao que tudo indica, o epicentro dos problemas deu-se na região de Mesina, na atual Sicília. Como Roma tinha tratados comerciais com Cartago, Mesina era considerada uma linha de demarcação de influência política das duas cidades. Por volta de 306 a.C., Roma deixou de respeitar o acordo, pois, conforme Políbio, os nobres romanos argumentavam que ele não existia. É o próprio Políbio que também menciona que Roma estava se sentindo cercada pelas posses de Cartago (*História*, I, 10, 6), e, para poder intervir na região, tomou como pretexto o desejo de salvar Mesina de mercenários.

Não se sabe ao certo se houve declaração de guerra, mas é bem provável que essa atitude romana, descrita por Políbio como interessada nos butins e glória que a vitória poderia ocasionar, é que teria desencadeado os primeiros conflitos. Já Cássio Dio, outro historiador da Antigüidade, afirma que os conflitos se iniciaram devido ao medo mútuo que Cartago e Roma tinham do poder crescente de ambas as cidades. A dissonância entre as fontes nos leva a concordar com Goldsworthy, no que tange ao perigo de determinarmos uma única causa da Primeira Guerra Púnica.

Uma vez os romanos tendo tomado a iniciativa de se dirigir à Sicília, o conflito tornou-se irreversível. Os romanos dirigiram-se à Mesina para apoiar seus aliados mamertinos (povos da região) contra os mercenários aliados de Cartago.

Cartago, por sua vez, aliou-se ao rei de Siracusa, que cercou a cidade de Mesina. Quando finalmente as negociações fracassaram, os romanos, liderados por Ápio Cláudio, atacaram o acampamento do rei de Siracusa. Segundo o próprio Políbio, deu-se início a um duríssimo combate, que terminou com a fuga do rei. Cláudio atacou o acampamento mais uma vez na noite seguinte e forçou a retirada dos púnicos.

É bem provável que Cláudio não tenha contado com muitos cavaleiros romanos nesses combates, dada a dificuldade de atravessar os cavalos em barcos, mas isso não impediu que o exército marchasse pela ilha, em direção a Siracusa, como demonstração do poder romano. Essa atitude fez com que muitas cidades que estavam no caminho deixassem de colaborar com Cartago e se aliasse aos romanos. Como Siracusa não podia impedir a força romana decidiu pedir paz.

Assim, o rei de Siracusa, que inicialmente defendia os interesses de Cartago, fez um acordo com os romanos, convertendo-se em amigo e aliado de Roma, resolvendo assim o problema de abastecimento de alimentos para o exército romano que permaneceu na região.

Como Cartago não via razões para aceitar a presença romana na ilha, decidiu reorganizar o exército para expulsá-los de lá. Já os romanos, mesmo tendo o apoio do rei de Siracusa, decidiram que a única maneira de manter a paz na região da Sicília era expulsando, definitivamente, os cartagineses da ilha. Por se tratar de uma guerra travada em ilhas da região da Sicília, os conflitos desenvolveram-se em terra e no mar.

Os romanos já possuíam um poderoso exército, mas precisavam de frotas marítimas para enfrentar seus inimigos. Esse foi um grande desafio para os romanos, já que os cartagineses eram superiores no que diz respeito a embarcações de guerra. O historiador M. Grant, em seu livro *History of Rome*, afirma que os navios construídos pelos romanos foram inspirados em navios púnicos antes capturados. Construíram barcos chamados quinquerremes, isto é, cada banco de remo era movido por cinco homens, que não necessariamente precisavam conhecer as técnicas de navegação. Esse tipo de navio foi a grande arma tática usada pelos romanos: como seus oponentes eram reconhecidos pela sua habilidade em mar, os romanos optaram por construir grandes navios que podiam carregar cerca de trezentos homens para o combate corpo a corpo, transformando os encontros marinhos em embates tão semelhantes quanto possível às batalhas terrestres.

Como? Os romanos atrelaram a seus navios rampas atadas aos mastros por cordas, para quando se aproximavam do navio inimigo poderiam içá-las para invadir a proa alheia. Como havia um gancho na ponta das rampas para prender no navio inimigo, esse tipo de técnica foi chamada de *corvus*, uma vez que o gancho se assemelhava ao bico de uma ave. Assim, invadiam o navio inimigo, usavam da força do seu exército no combate entre homens e não precisavam treinar muitos marinheiros para movimentar os navios. Goldsworthy nos conta ainda que as frotas romanas, além de possuírem vários navios como esses, que carregavam a maior parte da tripulação, também contavam com navios menores, os trirremes, para conseguir mais velocidade no ataque, quando necessário.

Tendo organizado suas frotas, o embarque dos romanos iniciou uma segunda fase da guerra. Seguiram-se uma série de batalhas pela costa da Sicília, sendo que os romanos, sob o comando de Duílio, venceram muitas delas. Isso obrigou Aníbal, líder dos cartagineses, a voltar para Cartago. Enquanto Duílio recebia as honras em Roma, os soldados cartagineses foram castigados por sua derrota. Essas vitórias romanas acabaram por levá-los ao norte da África, iniciando assim nova fase do conflito.

Em 256 a.C., os romanos tomaram uma decisão inédita: como sua frota marítima tinha obtido vitórias, e seguros que haviam melhorado as técnicas de navegação, resolveram atacar a costa africana pelo norte. Reuniram uma frota de cerca de 300 navios e, segundo Políbio nos informa, o conjunto total da tropa de marinheiros era de 140 mil homens. Enquanto isso, Cartago teria reunido por volta de 350 barcos com uma tripulação que contava com cerca de 150 mil homens. Esses números que Políbio nos apresenta são aproximados, calculados a partir do tamanho das embarcações, além disso, devemos levar em conta que há uma tendência entre os autores antigos de inflar os números para enfatizar a glória da vitória. Para tanto basta observar que a frota púnica era bem maior que a romana. Mesmo que os dados não sejam precisos, pode-se imaginar que os conflitos iniciais levaram a uma guerra de proporções antes não imaginadas.

A tática era um confronto no mar para, em seguida, desembarcar em Cartago e capturar a cidade. Os navios romanos, divididos em esquadras, avançaram em direção aos inimigos púnicos. Atacaram os púnicos por onde Amílcar, o líder cartaginês, havia imaginado: os primeiros navios do centro da frota. Com isso, os cartagineses tiveram tempo de retirar-se com toda a pressa, exibindo sua destreza na navegação, girando os barcos para cercar os romanos e travar os combates. Segundo Políbio e outros autores antigos, as batalhas foram duríssimas, mas a técnica romana de invadir os navios inimigos com o *corvus* prevaleceu. Essa guerra, considerada uma das maiores batalhas navais da história, terminou com clara vitória romana. Tendo vencido os combates, parte dos romanos retornou a Sicília para que os marinheiros pudessem descansar, os feridos serem tratados e os barcos consertados. Enquanto isso, Atílio Régulo conduziu parte das frotas romanas em direção à cidade de Cartago. Contava com cerca de 15 mil soldados e 500 cavaleiros, dada a dificuldade de transportar-se cavalos pelo mar. Mas a dificuldade enfrentada não era somente essa: o exército de Régulo não contava com o apoio de aliados em terras africanas, entretanto tinha como missão derrotar Cartago, pois essa seria a melhor maneira de forçar a elite púnica a pedir a paz.

Os romanos empreenderam o primeiro ataque de surpresa, ao amanhecer, pegando desprevenido o acampamento púnico. Em seguida dirigiram-se a Cartago. Essa atitude romana fez com que os cartagineses se desesperassem, pois sua frota marítima, a melhor da época, já havia sido abatida e Régulo havia dominado o acampamento com certa facilidade. Como Cartago também enfrentava problemas e rebeliões internas, Régulo acreditou que era um bom

momento para negociar com a elite púnica. Embora não tenhamos preservadas todas as condições impostas por Régulo, as fontes antigas indicam que seu tratado de paz obrigava os cartagineses a admitir sua derrota total perante Roma. Mas as negociações fracassaram.

Durante 255 a.C. os cartagineses reformaram seus exércitos e passaram a contar com o apoio dos gregos. Entre eles encontrava-se o líder mercenário Xapinto, treinado com os espartanos. Com a confiança restaurada, Xapinto reuniu o exército púnico para enfrentar Régulo. Nesse momento, o exército formado por mercenários sobreviventes das batalhas da Sicília, cavaleiros e cerca de cem elefantes, não era muito maior que o de Régulo.

Surpreendido com a renovada confiança dos inimigos, Régulo decidiu atacar os cartagineses para terminar logo com a guerra e obrigá-los a aceitar o acordo de paz. Xapinto acreditava que se fizesse um bom uso dos elefantes em campo aberto poderia derrotar os romanos. E assim o fez. Em uma batalha travada em campo aberto, os elefantes avançaram contra os romanos ao mesmo tempo em que a cavalaria púnica atacava com seus projéteis. O choque com os elefantes acabou dizimando o exército romano e transformou-se em um golpe moral para esse exército que, durante anos, não se atreveria a aceitar um desafio em campo aberto contra o exército cartaginês e seus elefantes.

Régulo foi capturado. Conta-se que foi enviado a Roma para negociar a paz como embaixador de Cartago. Lá teria orientado os romanos a não desistirem da guerra e, após ter cumprido sua missão, foi obrigado a voltar a Cartago, onde acabaria morto pisoteado por elefantes.

Essa campanha foi para os romanos um dos episódios mais dramáticos da Primeira Guerra Púnica. À captura e morte de Régulo seguiram alguns desastres navais que desgastaram ainda mais as tropas romanas. Desistindo da conquista da África, os romanos concentraram-se em conquistar, de uma vez por todas, a Sicília. Com o apoio de ricos cidadãos, conseguiram organizar mais uma frota e dessa vez alcançaram a vitória nas ilhas Égatas, próximas à costa oeste da Sicília, encerrando assim aquilo que ficou conhecido como a última fase da Primeira Guerra Púnica.

Apesar das perdas com as batalhas em território africano, ao final dos conflitos – que Políbio afirma ser os mais sangrentos travados na região –, os romanos haviam conquistado a Sicília, a Sardenha, a Córsega e a Gália Cisalpina. Cartago, por sua vez, mesmo tendo perdido influência no sul da Itália e sendo obrigada a pagar tributos aos romanos, conquistou a *Hispania*, sob o comando de Amílcar, tomando posse de ricas minas de prata.

Embora a guerra tenha trazido muitos gastos aos romanos, a captura de escravos e os novos territórios anexados foram importantes conquistas para a aquisição de novas riquezas. A transformação pela qual passava Roma não se restringia ao campo militar, mas também atingiu o plano administrativo, legislativo e cultural.

Para manter o domínio sobre os locais conquistados, os romanos reestruturaram sua legislação e criaram novos postos administrativos. Já no plano cultural, os contatos com os povos helênicos foram fundamentais para o nascimento e desenvolvimento da literatura latina, de diferentes estilos de pintura parietal e de escultura. Além disso, foi introduzida, em Roma, a primeira luta de gladiador, em memória do falecido Iunius Brutus Pêra, segundo nos relata Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita*, livro XVI).

A origem desse tipo de luta ainda hoje é motivo de discussão entre historiadores e arqueólogos clássicos. Tradicionalmente, afirma-se que os combates se desenvolveram entre os etruscos; no entanto, há quem discorde e sustente a hipótese de que os etruscos apenas teriam levado essa luta aos romanos, que se originara na região da Campânia. Independentemente desse debate, é importante ressaltar que é durante o século III a.C. que os romanos entram em contato com os combates, transpondo-os para novo contexto cultural.

SEGUNDA GUERRA PÚNICA (218 A 201 a.C.)

Para compreendermos os eventos da Segunda Guerra Púnica, é necessário que voltemos nossa atenção para a *Hispania*. Ao final da Primeira Guerra Púnica, Amílcar, importante general cartaginês que desempenhou um destacado papel naquele momento, fora autorizado por seu governo a navegar em direção à *Hispania*. Sua missão era conquistar novos territórios para reparar as perdas do sul da Península Itálica.

Amílcar chegou a conquistar grande parte do sul da *Hispania* e, quando morreu, foi substituído por Asdrúbal. Ao sucedê-lo, Asdrúbal afastou-se do sul, conquistando novos territórios e fundando cidades como Nova Cartago. Essa estratégia fez com que os cartagineses se aproximassem do rio Ebro, próximo aos Pirineus.

Quando Asdrúbal é assassinado, em 221 a.C., o comando da região passa para Aníbal, filho de Amílcar. Este conquista o interior da Península Ibérica e expande o território sob influência cartaginesa. Diodoro de Sicília,

historiador na Antigüidade, afirma que “O filho desse herói, Aníbal, servia sob as ordens de seu genro [Asdrúbal] e com ele conquistou toda a Ibéria em vingança pela morte de seu pai.” (*Biblioteca Histórica*, xxv, 19 – Trad. M. N. Muñoz Martín).

De acordo com o historiador Enrique Gonzalbes, o texto do autor grego expressa os ânimos de Aníbal, bem como, de certa maneira, indica a extensão das conquistas cartaginesas daquele momento. De acordo com os relatos de Lívio e Políbio é possível perceber que os cartagineses haviam se estabelecido em diferentes regiões, exercendo seu domínio em um amplo território com o objetivo de explorar recursos minerais e comerciais. Como comentamos anteriormente, as fontes muitas vezes descrevem os púnicos como cruéis e exploradores das populações locais, em especial dos ibéricos (povos nativos da *Hispania*), mas isso deve ser considerado com cautela, uma vez que enfatizar a violência púnica implica justificar a posterior ação romana na região.

Além disso, a derrota para os romanos durante a Primeira Guerra Púnica causara um ambiente tenso. Como os cartagineses controlavam boa parte da *Hispania* e adotaram uma política agressiva na conquista de novos territórios na região, os romanos acabaram voltando seus olhos também para essa região.

Em 221 a.C. Aníbal dirigiu-se para o centro da atual Espanha, com o objetivo de lutar contra as tribos locais, e conquistou vários territórios distantes na região, incluindo a área que hoje configura a província de Salamanca. Entre 220-219 a.C., o general de Cartago deparou-se com a cidade de *Saguntum*. Não se sabe ao certo o que ocorreu na região, já que não temos muitos indícios sobre os episódios do período, mas ao que parece a cidade entrou em conflito com uma população local, aliada aos púnicos. Os romanos enviaram embaixadores a Nova Cartago para relembrar Aníbal de antigos tratados da região do rio Ebro, que delimitava as áreas de influências políticas e econômicas das duas cidades, e aconselhou aos cartagineses a não invadir *Saguntum*.

Aníbal foi a Cartago e recebeu instruções para atacar a cidade. Levou quase oito meses para tomar *Saguntum*, que, além de murada, estava situada em uma colina. Os ataques à cidade foram ferozes, e Tito Lívio afirma que o próprio Aníbal acabou ferido em uma das batalhas. No final de 219 a.C. a cidade caía sob domínio dos cartagineses.

Ao saber do ocorrido, mais uma vez os romanos enviaram embaixadores para fazer com que os cartagineses respeitassem o acordo de Ebro. Os cartagineses refutaram a proposta romana, questionando a relação que havia entre Roma e *Saguntum*.

Essa questão é de difícil interpretação para os historiadores, por dois motivos. Em primeiro lugar porque há poucos registros sobre o dito Tratado de Ebro. Em segundo, porque a noção de fronteiras, entre os povos da Antigüidade, era distinta da que temos hoje em dia.

De toda forma, ao negar os termos do tratado, os romanos declararam guerra, uma vez mais, a Cartago. De acordo com o historiador M. Grant, a preocupação com a cidade de *Saguntum* não era aleatória. Essa cidade estava próxima ao rio Ebro e, conseqüentemente, bem próxima aos Pirineus. Se os cartagineses dominassem a área, poderiam invadir a Península Itálica pelo norte, ameaçando, assim, os domínios romanos.

Políbio atribui a investida de Aníbal em *Saguntum* à vontade de vingança já presente em Amílcar, devido à humilhação sofrida durante a Primeira Guerra Púnica, ao serem derrotados pelos romanos. Além disso, Cartago não estava tão enfraquecida como se poderia supor após essa derrota. Os cartagineses possuíam uma cultura militar distinta da dos romanos e não esperavam que os resultados de uma guerra fossem tão contundentes. Nesse sentido é possível supor que a Segunda Guerra Púnica seja herdeira da Primeira, isto é, a família dos Barca, da qual provinha Aníbal, ainda não tinha abandonado sua missão de lutar contra os romanos e contava com o apoio de Cartago, que graças a suas riquezas ainda possuía recursos suficientes para mais uma guerra. Seu desejo de reafirmar-se era tão grande como o dos romanos de conseguir o controle total da região. É difícil dizer se toda a elite púnica concordava com Aníbal, mas o fato é que o jovem general abraçou com rapidez a possibilidade de nova guerra.

Os planos dos romanos para a guerra dividiam-se em duas frentes: parte do exército se dirigiria à *Hispania* para deter Aníbal e outra parte sairia da Sicília para, mais uma vez, tentar invadir a África. Dessa maneira o general Cipião recebeu, em 218 a.C., cerca de 14 mil soldados e 1.600 cavaleiros para dirigir-se a *Hispania* e Tibério Sempronio Longo, cerca de 16 mil e 1.800 respectivamente, para cumprir a tarefa de invadir a África.

Enquanto Cipião dirigia-se a *Hispania*, teve de rever seus planos, pois a região da Gália Cisalpina rebelou-se contra os romanos. Deter a revolta gaulesa tornou-se tão importante para o Senado como a guerra contra Cartago, dado a proximidade da região com Roma. Assim, o Senado ordenou que Cipião cedesse parte de suas tropas para deter a revolta. Ele teve então de alistar novos recrutas e o atraso acabou afetando a ida a *Hispania* enquanto Longo já se dirigia ao norte da África.

No entanto, a guerra não se desenrolou como os romanos haviam imaginado.

Essa é, talvez, uma das grandes diferenças da Primeira para com a Segunda Guerra Púnica – e o motivo pelo qual Aníbal entrou para a História como um grande estrategista. Enquanto na Primeira Guerra os cartagineses respondiam aos movimentos dos romanos, nessa guerra eles ditaram os movimentos pela liderança de Aníbal.

Como o motivo da guerra estava localizado na *Hispania*, os romanos concluíram que os cartagineses queriam uma guerra defensiva e que não sairiam do território. Aníbal, sabendo disso, resolveu usar outra estratégia: invadir a Península Itálica. Para tanto passou o inverno com preparativos para poder levar suas tropas da *Hispania* até o norte da Península Itálica.

Por que invadir a península? Essa questão é muito discutida entre os historiadores modernos, pois o próprio Aníbal desistiu de invadir Roma em 216 a.C. quando teve sua maior oportunidade. A hipótese mais generalizada é que Aníbal não tinha intenção de ocupar Roma, mas de mostrar sua debilidade e a possibilidade de ser derrotada. Goldsworthy afirma que Aníbal teria atacado a Itália para ganhar a guerra, ou seja, sua idéia era de começar a obter pequenas vitórias fazendo com que os aliados dos romanos comesçassem a vacilar e passassem a apoiá-lo em sua empreitada. Ele argumenta ainda que tal idéia não era de todo nova e que muitas estratégias de guerras na Antigüidade seguiam tal princípio, mas o inusitado foi Aníbal ter forçado a guerra invadindo *Saguntum*.

Ao final de 218 a.C., Aníbal partiu de Nova Cartago, na *Hispania*, rumo à Península Itálica. Cruzou o rio Ebro e os Pirineus. No momento em que entrou na Gália, contava com um exército de 9 mil cavaleiros e 50 mil soldados a pé. Cruzaram o rio Ródano com o apoio de tribos locais, assustadas com seu poderio.

Nesse meio tempo, sem saber o que fazia o inimigo, Cipião dirigiu-se com suas tropas para *Hispania*. Só soube que Aníbal estava na Gália Meridional ao chegar na *Hispania*. Assim tomou uma delicada atitude que acabou por definir os rumos da Segunda Guerra Púnica: retornou à Itália com parte dos soldados e ordenou que seu irmão Cneu fosse atacar as bases púnicas na *Hispania*.

Apesar das dificuldades impostas pelo clima, em especial a neve, e alguns conflitos com as populações locais, Aníbal atravessou os Alpes, reorganizando seu exército na planície do Pó. Venceu os romanos em uma série de batalhas e conseguiu convencer os gauleses a se aliarem a ele. Embora Aníbal tivesse a chance de marchar contra Roma, preferiu não o fazer, dirigindo-se para o sul

da península a fim de provocar nos povos da região desentendimentos e sublevação contra os romanos. Os romanos contentaram-se em vigiar seus passos. Quando as investidas de Aníbal tornaram-se mais fortes, os romanos decidiram detê-lo em Cannae.

Embora tenham sido travadas muitas outras batalhas ao longo da investida de Aníbal, optamos por detalhar esta porque ela acabou entrando para a História como a maior derrota romana. Conta-se que em 216 a.C. os romanos conseguiram reunir grande exército. Tito Lívio e Políbio discordam com relação aos números, mas em geral os especialistas dão crédito às cifras de Políbio. Se tomarmos esse pressuposto, Roma havia montado um exército com oito legiões, pois o Senado esperava um confronto direto com Aníbal.

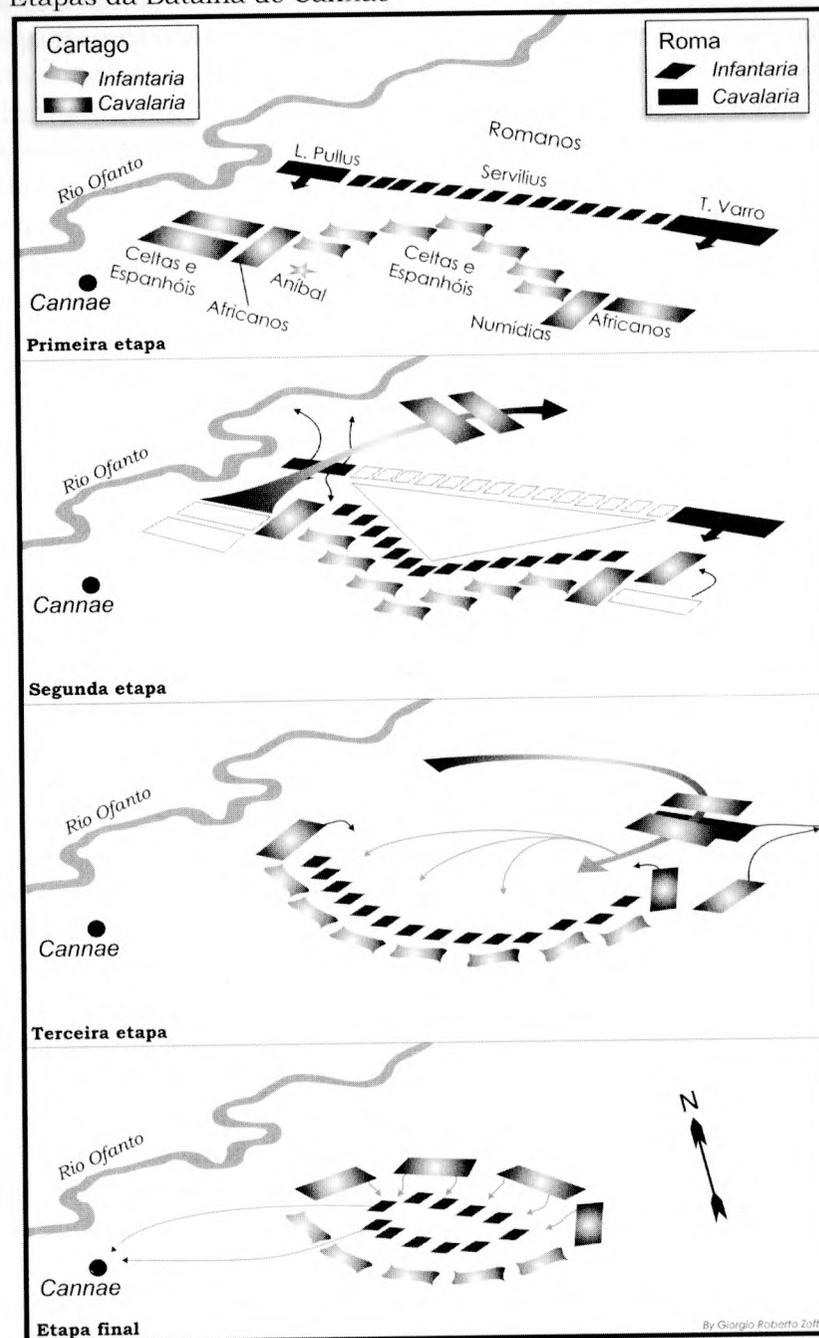
O exército romano marchou seguindo as planícies costeiras para preparar uma emboscada, acompanhando o exército púnico a distância. A planície era aberta e com uma ligeira pendência em direção ao mar. Enquanto os romanos cruzavam a planície, Aníbal enviou sua cavalaria e a infantaria ligeira para atacar as colunas inimigas, provocando um pouco de desordem. Os romanos reagiram lutando até o cair da noite. No dia seguinte, os romanos seguiram seu caminho em direção à posição ocupada por Aníbal. A dificuldade do terreno era considerável, mas bater em retirada era algo que poderia abalar o moral das tropas.

Assim, certos de que sua superioridade numérica os favoreceria, os romanos seguiram seu caminho. Aníbal também encontrava dificuldades e, assim como os romanos, enfrentava problemas com o abastecimento e alimentação dos soldados. Passaram alguns dias se observando e colocando em prática conflitos como o descrito anteriormente. Mesmo que os dois lados quisessem deflagrar logo a batalha principal, não podiam fazê-lo porque ainda não estavam totalmente preparados.

Aníbal atravessou o rio com seu exército e acampou do mesmo lado que os romanos. Em 1º de julho partiu para a batalha campal contra os romanos na planície em frente à colina. Os generais romanos resistiram à idéia de uma guerra aberta e ficaram na defensiva. Aníbal contentou-se em mostrar a seu exército a timidez romana.

O general romano Varrão, em seu dia de comando, resolveu partir para a batalha. Para tanto cruzou o rio e posicionou-se em um local estreito, ao norte de Cannae. Formaram uma única frente de combate: o flanco direito era composto pela cavalaria e deveria ter por volta de 2.400 homens. O flanco esquerdo, situado contra a colina, deveria contar com cerca de 3.600 homens.

Etapas da Batalha de Cannae



Já o centro do exército era composto pela infantaria pesada e as *alae* (alas). Estima-se que haveria cerca de 155 mil homens nessa infantaria, apoiados por mais 15 mil *uelites* (infantaria leve).

A formação adotada com tantos homens era visualmente assustadora para qualquer inimigo que cruzasse o caminho. Por outro lado, dava segurança para os romanos, pois a quantidade de homens indicava a superioridade de sua tropa. Quando começou a avançar ninguém poderia imaginar que seria derrotada por Aníbal, com um exército numericamente muito inferior. Aníbal, porém, soube usar a maioria numérica do exército romano a seu favor, já que a grande quantidade de homens impedia a mobilidade e tornava quase impossível a mudança de formação.

Quando os romanos atravessaram o rio, Aníbal posicionou seu exército em duas colunas e, no momento exato da travessia, o exército girou formando uma única linha. Os 10 mil cavaleiros se distribuíram por alas, os númidas foram posicionados frente à cavalaria latina. Demorou algum tempo para que as tropas se posicionassem, e o grande número de pés tocando o chão levantou muita poeira. Com agilidade, as tropas de Aníbal aproveitaram-se do vento, levantando, assim, grande quantidade de areia do chão. Suas tropas ligeiras vieram apoiar as alas que partiram para o combate corpo a corpo.

Os romanos, com sua força, fizeram os púnicos retroceder em linha reta, romperam a formação dos hispânicos e gauleses e encontraram-se com as colunas de infantaria líbia (lembrar que hispânicos, gauleses e líbios lutavam no exército cartaginês). Os líbios conseguiram girar e avançaram de maneira ordenada contra a infantaria romana, então desorganizada. Os romanos, que já vinham cansados da luta corpo a corpo com os hispânicos e gauleses, chocaram-se com líbios descansados. Enquanto os romanos combatiam com os líbios, os hispânicos que serviam Cartago se reorganizaram e voltaram à luta. Com esses movimentos, a infantaria romana foi sendo, aos poucos, cercada e vencida.

As perdas para o exército de Aníbal foram grandes, mesmo tendo vencido a batalha. Estudiosos acreditam que a vitória só foi possível graças à habilidade tática de Aníbal, que explorou as diferenças étnicas e os talentos de seus guerreiros, distribuindo-os de maneira a proporcionar o melhor desempenho em cada frente. Também contou com a confiança em seus líderes que conseguiram controlar os ânimos da infantaria sob seu comando, mesmo diante da superioridade numérica romana.

Michael Grant lembra-nos que essa sangrenta derrota acabou por se tornar símbolo da possibilidade de pequenos exércitos vencerem seus inimigos; segundo

esse mesmo autor, táticas como essas foram muito admiradas e estudadas por generais alemães durante a Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, Goldsworthy destaca que, na Guerra do Golfo dos anos de 1990, o general Norman Schwartzkopf declarou que havia feito suas investidas baseado em estudos das táticas de Aníbal, em especial nas utilizadas nessa batalha de Cannae. Cannae converteu-se, assim, em um nome que resumia êxito completo e, por isso, tornou-se uma batalha muito admirada por estrategistas militares de diferentes períodos e, ainda hoje, é ensinada nas academias militares.

Mesmo diante de tamanha derrota os romanos não cederam. Reestruturaram suas estratégias e dividiram sua armada em grupos menores, para conter as investidas de Aníbal. Por outro lado, a estratégia de Cipião, de deixar o irmão na *Hispania*, começou a surtir efeito. Sob o comando do general Cneo Cipião, os romanos conseguiram importantes vitórias em terras hispânicas. Ressaltar isso é importante, pois de modo geral os estudos sobre a Segunda Guerra Púnica são focados nas vitórias de Aníbal, dedicando-se pouca atenção às conquistas romanas na Península Ibérica, fundamentais para sua posterior vitória.

Enquanto Aníbal conseguia importantes vitórias em solo itálico, Asdrúbal foi derrotado por Cipião em diversas ocasiões na *Hispania*, o que indica que o general romano estava estudando novas táticas a partir dos confrontos anteriores. Por fim, diante da derrota, Asdrúbal fugiu para encontrar Aníbal na Itália. Tal fuga nunca se concretizou, pois o primeiro foi derrotado e morto antes de alcançar seu objetivo. A derrota de Asdrúbal foi importante para os romanos na medida em que estes conseguiram submeter a Península Ibérica, expulsando os cartagineses da região.

Em seguida, Cipião passa à África e vence o rei da Numídia, importante aliado de Cartago. O rei númida é substituído por Massinissa, aliado dos romanos. Derrotado, Aníbal volta a Cartago e, depois de mais alguns confrontos, admite a vitória romana e procura fazer um tratado de paz.

Como consequência da derrota, Cartago perde sua independência e passa a pagar pesados tributos aos romanos. Também compromete-se a não fazer mais guerra sem autorização destes. Ao final da Segunda Guerra Púnica, Roma detém o domínio da Sicília, de Sardenha, de Córsega e do território da atual Espanha, tornando-se, portanto, a senhora do Mediterrâneo.

Mesmo que tenha sofrido grandes derrotas, Roma saiu mais poderosa dos combates. Políbio afirma, em vários trechos de sua obra, que a vitória romana

se deveu à lealdade de seu exército, que mesmo diante de derrotas se manteve unido. Seu estilo de narrativa acaba influenciando muitos outros autores antigos, que descrevem os romanos como nobres guerreiros, valorizando ainda suas virtudes bélicas. Isso foi muito importante para estabelecer valores morais entre os membros da elite, uma vez que para eles, servir o exército e desenvolver a virtude guerreira era fundamental na formação do cidadão.

Ao final da Segunda Guerra Púnica, Roma havia conquistado territórios que ficariam sob seu domínio durante séculos. Pelos seus desdobramentos históricos, essa guerra acabou se tornando uma das mais importantes ocorridas no Ocidente.

TERCEIRA GUERRA PÚNICA (149 A 146 a.C.)

Das três Guerras Púnicas, a Terceira é a que durou menos tempo, mas nem por isso é menos relevante. Essa guerra, nas palavras do historiador Roldán Hervás, acabou por varrer Cartago do mapa político da Antigüidade e, por este motivo, muitos estudiosos têm dedicado muita atenção a esse conflito em particular.

Ao final da Terceira Guerra Púnica, Roma implementa, definitivamente, seu domínio sobre o Mediterrâneo, caracterizando assim um dos momentos mais importantes das conquistas territoriais durante o período republicano e desenhando as bases do Império que se formava.

Para compreender essa última etapa dos conflitos, é interessante voltarmos nossos olhos para Cartago uma vez mais. Após a Segunda Guerra Púnica, o Império Cartaginês estava reduzido a seu território de origem no norte da África e pagando pesados tributos aos romanos. Além disso, Cartago enfrentava dois graves problemas internos: a perda dos recursos, pois não mais possuía territórios além-mar para explorar e a possibilidade de ser atacada por terra pelos aliados dos romanos na África, que adotavam uma política de expansão.

O primeiro problema foi solucionado com a reestruturação da agricultura. A pressão externa foi o grande desafio enfrentado por Cartago. Como estava impedida de combater desde a derrota na Segunda Guerra Púnica, Cartago ficou submetida à exploração dos reinos africanos aliados dos romanos, mas mesmo assim seguia prosperando recuperando a agricultura e reorganizando suas relações comerciais.

Como comentamos anteriormente, a tradição bélica púnica não previa a total submissão ao vencedor; assim, Cartago procurou organizar-se política e economicamente de maneira a fortalecer-se e buscar independência, mesmo tendo sido derrotada pelos romanos.

Diante dessa ameaça, para manter o controle da área, a partir de 153 a.C., os romanos começaram a enviar comissões com o objetivo de averiguar o estado em que se encontravam os territórios recentemente conquistados. Uma dessas delegações foi liderada por Catão, influente orador e membro do Senado romano. Esse nobre romano era um árduo defensor da idéia de que se Cartago não fosse destruída, seguiria uma ameaça para Roma. Com a viagem, reafirmou sua opinião. Tendo ficado impressionado com a riqueza e prosperidade de Cartago no período, Catão voltou à Roma convencido de que a cidade ainda representava grande perigo aos romanos. É nesse contexto que, ao elaborar seu discurso para o Senado, emprega a famosa expressão: “*delenda est Carthago*”, isto é, “Cartago deve ser destruída”.

Na verdade, Catão exagerou um pouco o grau de ameaça representado pela existência de Cartago, tendo sido combatido pela opinião daqueles contemporâneos que acreditavam na importância de manter a cidade. No entanto, a influência de Catão predominou e, segundo o filósofo grego Plutarco, isto ocorreu porque Catão teria sido a pessoa que expressou o sentimento da grande maioria dos romanos naquele momento.

Era necessário, então, encontrar um pretexto para a guerra. Como o governo púnico havia expulsado alguns númidas de seus territórios, Massinissa, o rei númida, ordenou que tais pessoas fossem aceitas outra vez. Com o tumulto que tal situação provocou, Massinissa invadiu Cartago e esta resistiu. Como pelo acordo de paz Cartago não poderia pegar em armas sem autorização romana, essa atitude serviu aos propósitos de Roma: em 149 a.C. o exército romano embarcou para a África em represália à atitude de desobediência dos cartagineses.

Como nas vezes anteriores, o exército romano concentrou-se na Sicília para sair em direção à África. Antes de se dirigirem à Cartago, houve uma série de tentativas de negociação. Os romanos exigiram a rendição incondicional (*deditio in fidem*) e o desarme imediato. Entre os acordos estabelecidos, os cartagineses seriam obrigados a abandonar a cidade para que Cartago fosse destruída.

Ao retornarem a Cartago, os nobres que haviam negociado a rendição com Roma naqueles termos foram apedrejados. O conselho local votou pela

declaração de guerra uma vez mais. Os escravos foram libertados para que pudessem se alistar no exército e todos os cidadãos púnicos se reuniram em um grande esforço de guerra. Fabricaram armas com toda a pressa e, segundo Goldsworthy, as mulheres teriam sacrificado seus longos cabelos para fazer as cordas necessárias para colocar em funcionamento as catapultas.

Essa guerra foi um pouco distinta das anteriores, pois, do ponto de vista romano, concentrou-se na tomada da cidade de Cartago, que era fortemente murada. Os romanos não conseguiram escalar o muro e tinham então de abrir brechas em locais onde os cartagineses se concentravam para resistir à invasão romana.

Algumas batalhas foram travadas, também, fora das muralhas, com intuito de procurar outras possibilidades para derrotar a cidade. Na medida em que o exército romano avançava, encontrava acampamentos externos abandonados pelos púnicos e os incendiava.

Os púnicos dedicaram-se também a construir um novo canal em direção ao mar, para que pudessem ter apoio de suas frotas sem que os romanos percebessem.

Os cartagineses precisavam defender a cidade, os romanos atacá-la. Além dos combates corpo a corpo, ambos os adversários tinham de fazer uso de táticas e desenvolver equipamentos para colocar em prática seus planos e atingir seus objetivos. Durante esses eventos, os romanos ampliaram muito a capacidade técnica de seu exército.

Quando os cartagineses conseguiram juntar suas frotas marítimas, os combates passaram a ocorrer na linha costeira. Mesmo com todas essas tentativas, Cartago ficou cada vez mais isolada, e a população começou a padecer de fome.

Algumas vezes os cartagineses saíam a noite pelo porto para incendiar e destruir as máquinas que os romanos usavam para abrir brechas pela muralha. Dessa forma, os cartagineses resistiram por três anos dentro das muralhas da cidade, mas não puderam evitar finalmente o saque e a destruição de Cartago. No final da primavera de 146 a.C., Cartago estava liquidada e com seu solo amaldiçoado. Roma destruiu física e politicamente seus inimigos e fundou nova província na África para administrar toda a região conquistada.

O LEGADO DAS GUERRAS

Cartago não sobreviveu à luta com Roma. Goldsworthy afirma que não era intenção de os romanos destruírem efetivamente uma cultura, mas sim um

tipo de política que se rivalizava com a que estavam desenvolvendo. Alguns aspectos da cultura cartaginense foram conservados e acabaram influenciando a língua, religião ou arquitetura dos povos nômades no norte da África, mas muito pouco chegou até nós.

As três Guerras Púnicas constituíram um processo impactante ainda na Antiguidade e sempre impressionaram muito. Para que se tenha uma idéia das proporções alcançadas, basta pensarmos que 146 a.C., ao final dos conflitos, Roma havia conquistado a Sicília, a Sardenha, a Córsega, a *Hispania* e o norte da África. Além da anexação desses territórios, consequência direta da derrota de Cartago, os romanos também já haviam conquistado a Macedônia, algumas regiões da Ásia e Gália Transalpina, exercendo influência política, econômica, social e cultural em imensa diversidade de territórios.

Para administrar toda essa grande quantidade de povos e culturas, Roma teve de reestruturar-se. Houve necessidade de nomear mais governantes para as novas províncias anexadas, o exército profissionalizou-se e, como consequência, ocorreu o desenvolvimento de novo sistema de abastecimento para que produtos da dieta mediterrânea atingissem locais mais distantes. Mudanças profundas, portanto, foram necessárias, e, aos poucos, foi surgindo a base do Império que seria mantido nos séculos seguintes.

Em poucas palavras, as Guerras Púnicas movimentaram grande quantidade de recursos humanos e econômicos, movimentação essa que propiciou muita riqueza, luxo e escravos à elite romana, assim como provocou o alastramento da pobreza entre os camponeses devido a destruição de parte da agricultura.

Se pensarmos por uma perspectiva mais ampla, a vitória sobre Cartago abriu caminhos para que os romanos se tornassem ainda mais poderosos e passassem a influenciar grande extensão territorial, podendo transmitir muito de seu legado cultural ainda hoje presente no Ocidente: por exemplo, muitas línguas faladas hoje são derivadas do latim, assim como o sistema jurídico de diversos países ocidentais é constituído a partir das bases do direito romano.

Além dessa herança cultural, a idéia da constituição de um Império por parte dos romanos acabou intrigando muitas gerações posteriores. Roma tornou-se modelo para o Sacro Império Romano e fascinou os grandes artistas do Renascimento italiano. Michelangelo conhecia a fundo a cultura romana, assim como Rafael planejava conservar a arquitetura de Roma, que considerava a Cidade Eterna. Posteriormente, não foram raras as referências que Napoleão fez aos romanos nas conquistas que obteve pela Europa e, mais recentemente, durante o século XX, Hitler e Mussolini

construíram imagens particulares de Roma para seus propósitos políticos. Em cada momento histórico, portanto, Roma foi revisitada e suas guerras reinterpretadas de acordo com os interesses políticos vigentes.

Do ponto de vista militar, as Guerras Púnicas propiciaram o desenvolvimento de novas técnicas e táticas, apreciadas por generais ao longo da História. Régulo, os membros da família de Cipião Africano, os Barca – Amílcar, Aníbal e Asdrúbal – sempre foram nomes admirados e citados em academias militares de todos os tempos. Napoleão colocou Aníbal entre os maiores generais da História. Von Schlieffen, o chefe do Estado-Maior alemão no início do século XX, estudou e reproduziu, conscientemente, muitas das táticas militares empregadas por Aníbal, transpondo-as para as necessidades alemãs nas guerras modernas.

Mas a recorrência às Guerras Púnicas não se restringe às táticas militares, e vai além dos conflitos nos campos de batalha da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Em muitos discursos e justificativas políticas para conflitos, os paralelos entre guerras de épocas tão distantes se fazem presentes. A Grã-Bretanha de 1940, por exemplo, é comparada aos romanos em diferentes discursos. O paralelo se estabelece pela atitude dos britânicos nas batalhas que enfrentavam, pois mesmo tendo sofrido perdas, como os romanos para o exército de Aníbal, seguiam lutando ferozmente contra seus inimigos.

Relações como essas ajudam também a construir novas interpretações de batalhas antigas e a recolocar as guerras romanas no imaginário moderno. Se considerarmos que romanos e cartagineses contemplavam os fenômenos bélicos de diferentes maneiras, suas interpretações posteriores, como as citadas acima, também fornecem indícios para compreendermos os valores militares e políticos implícitos às sociedades modernas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Pedro Paulo Funari e Lourdes Feitosa pelo apoio de sempre. Devo mencionar ainda o apoio institucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/Unicamp). Ressalto que a responsabilidade pelas idéias se restringe à autora.

NOTAS

(1) *Qui vincit non est victor nisi uictus fatebur*, Ennio, Fragmento 31, 493. Trecho extraído de A. Goldsworthy, *Las Guerras Púnicas*, Barcelona, Editorial Ariel, 2002, p. 421.

(2) Epigrafia é a ciência que estuda as inscrições. Estas inscrições variam muito de acordo com o tipo e a função. Alguns estudiosos recorrem às colunas que relatam os eventos ou tecem elogios aos líderes romanos que participaram das Guerras Púnicas.

BIBLIOGRAFIA

- ALSTON, R. *Aspects of Roman History*. London: Routledge, 1998.
- BORNECQUE, H. e MORNET, D. *Roma e os romanos*. São Paulo: Edusp, 1976.
- CAVEN, B. *The Punic Wars*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1980.
- CORNELL, T. J. *The beginnings of Rome*. London: Routledge, 1995.
- FUNARI, P. P. A. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001.
- GOLDSWORTHY, A. *Las Guerras Púnicas*. Barcelona: Editorial Ariel, 2002.
- GOZALBES, E. *Caput celtiberiae: La tierra de Cuenca en las fuentes clásicas*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000.
- GRANT, M. *History of Rome*. S/n, 1978.
- HÖLSCHER, T. "Images of war in Greece and Rome: between military practice, public memory and cultural symbolism". In *Journal of Roman Studies*, 2003, pp. 1-17.
- PETTIT, P. *A paz romana*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- PIGANIOL, A. *História de Roma*. Buenos Aires: Eudeba, 1961.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. *Historia de Roma 1 – la República romana*. Madri: Cátedra, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

- POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- TITO LÍVIO. *History of Rome*. London: Harvard University Press, 1995 (Loeb).